

Primeiras lições do pleito

É ainda cedo para retirar conclusões de grande fôlego sobre o pleito de ontem. Esse fato não impede registrar que a assim chamada "abstinência eleitoral" destes 29 anos não encontrou o povo brasileiro despreparado para o exercício do voto. Seria o caso de dizer que a ordem que se constatou ao longo do dia, mesmo naquelas seções eleitorais em que as filas foram maiores e inesperadas, resulta do fato de o processo eleitoral não ter sido totalmente interrompido nestas três décadas, e sobretudo da circunstância de o povo, desde as memoráveis eleições para senador, em 1974, ter aprendido que a sua arma é o voto. Empunhou-a e soube depositá-la nas urnas, consagrando a sua vontade.

A segunda lição que se pode tirar do pleito, enquanto os primeiros resultados alimentam ilusões, é que as pesquisas de "boca-de-urna" apenas confirmam um quadro eleitoral que se vinha registrando com frequência até certo ponto cansativa: um preferido distanciando-se dos demais e dois outros candidatos disputando o segundo lugar. Desse ponto de vista, pode afirmar-se que a eleição foi importante não para saber se as urnas confirmavam a escolha preferencial do sr. Fernando Collor de Mello, mas para definir quem o acompanhará no segundo turno, o sr. Leonel Brizola, ou o sr. Luís Inácio Lula da Silva. Até certo ponto, e apesar de todos sabermos que o PT se constitui de fato num partido — ainda que abrigando diversas seitas dentro de sua organização —, o pleito confirmou o que as pesquisas feitas até o dia 14 permitiam ver: não se votava em partidos, mas em líderes políticos. Essa observação é importante, tendo-se em vista a experiência nova do segundo turno,

em que possivelmente as alianças políticas possam funcionar no âmbito de cúpula, de distribuição de ministérios e cargos, mas com certeza não em termos da transferência de votos.

Consequência dessas observações, a terceira lição é que o eleitor médio — se é que existe esse tipo de cidadão — não se deixou influenciar pela propaganda a ponto de mudar seu voto. O que se pôde observar das pesquisas de "boca-de-urna" é que o processo eleitoral serviu para confirmar eleitores em escolhas previamente feitas; para fazer que os que se desiludiam desse ou daquele candidato voltassem a preferi-lo, e para que poucos, muito poucos, mudassem radicalmente de posição. Este é fenômeno que se deveria analisar com atenção, à vista do segundo turno: apesar do que digam as pesquisas de intenção de voto, a escolha do eleitor-cidadão é feita com boa antecedência, por critérios nem sempre apreensíveis por uma parafernália estatística refinadíssima. A alma do cidadão-eleitor, se esse raciocínio é correto, ainda é imperscrutável, embora se possa dizer que ele vota *racionalmente*, o difícil sendo estabelecer quais os valores políticos, éticos e econômicos a que refere sua ação de votar.

Se foi assim, os debates influíram pouco, ainda que tenham, em certos momentos, dado a impressão de que serviam para mudar as posições relativas de uns e outros. Na verdade, as escolhas estavam feitas com antecedência — e a disputa do segundo lugar, à primeira vista entre os srs. Brizola e Lula, assinala para o fato de que a ascensão do sr. Mário Covas pode ter sido fenômeno limitado. Logo se saberá.

Os comícios, por outro lado, voltaram a ter importância — tanto assim que, nos programas gratuitos, muitos candidatos fizeram questão de exibí-los como prova de apoio popular. Que de fato foram, como de resto sempre tinham sido; apoio dos que já se tinham definido e julgavam necessário comunicar aos demais, pelo ato de presença, que seu candidato tinha prestígio.

É cedo para tirar as lições políticas do pleito, mesmo porque os resultados ainda não permitem reflexões mais aprofundadas, especialmente estando indefinido, neste momento, o segundo lugar. A partir de amanhã, com certeza, clareado o quadro eleitoral, será possível refletir sobre o que se passou e o que virá. A experiência do segundo turno é nova no Brasil; os partidos não existem e os líderes ainda têm real importância política. Esses dados objetivos deverão inspirar raciocínios, análises, tomadas de posição. Fundamentalmente, porém, eles deverão ter por base aquilo que já dissemos em outro editorial, quando houve receio do que pudesse resultar das eleições: a Constituição, por defeitos que tenha, impede que o presidente governe sem o apoio do Congresso e sem o respaldo do Judiciário. Isso por um lado. Por outro, dá aos Poderes do Estado, independentemente, uma autoridade sobre as Forças Armadas que nenhuma Constituição lhes havia conferido.

O importante, pois, é ter presente que o futuro está balizado pela Constituição. O resto é buscar descobrir como o eleito-rado vai se posicionar a partir do momento em que as opções puderem ser feitas, de fato.